

## Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero<sup>1</sup>

**Renata Gonçalves**

Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp e membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais) – PUC-SP

Correio eletrônico: [regon@unicamp.br](mailto:regon@unicamp.br)

**Resumo:** Neste artigo examinamos a dinâmica social de produção de novas relações de gênero nos espaços dos acampamentos e assentamentos. Nosso objetivo é iniciar uma reflexão acerca do processo simultâneo de mudança entre as relações espaciais e relações de gênero.

**Palavras-chave:** Relações de gênero, espaço público, relações de classe, lutas sociais

### Impactos de la reorganización espacial de los nuevos modelos de asentamientos en las relaciones de género

**Resumen:** En este artículo examinamos la dinámica social de producción de nuevas relaciones de género en los espacio de los acampamentos y asentamientos de reforma agraria. Nuestro objetivo es iniciar una reflexión acerca del proceso simultáneo de transformación entre las relaciones espaciales y las relaciones de género.

**Palabras-clave:** Relaciones de género, espacio público, relaciones de clase, luchas sociales.

### The influence of spatial reorganization on gender relations in the new rural settlement model

**Abstract:** The article examines the social dynamics of producing new gender relations in Brazil's landless worker encampments and agrarian reform settlements. The principal objective is to initiate a reflection on the relationship between processes of change in space and the modification of gender relations.

**Keywords:** Gender relations; public space; class relations; social struggles

### As mulheres no MST: o diálogo entre classe e gênero

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a luta pela terra é considerada uma luta da família, o que inclui homens, mulheres e crianças. Contrariamente aos sindicatos e/ou partidos políticos em que freqüentemente os maridos participam enquanto as mulheres ficam em casa cuidando das tarefas do lar, as diretrizes do MST mencionam a necessidade de construir novas relações de gênero no interior do movimento. Esta perspectiva muda à vida das mulheres sob vários aspectos. Identificamos momentos e espaços diferentes no que diz respeito à participação das mulheres neste importante movimento de luta pela terra.

<sup>1</sup> Este artigo é parte da pesquisa de doutorado em andamento, cujo ponto central é a análise da construção de novas relações de gênero no MST, tomando especialmente como referência a participação de homens e mulheres na luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

O primeiro deles corresponde à fase do acampamento em que novas sociabilidades têm de ser construídas. As experiências nos acampamentos é uma das mais importantes, pois é o momento em que se começa a viver coletivamente, o que, por sua vez implica estabelecer algumas regras de convivência, materializadas no chamado “regimento interno” decidido em assembléia e que estabelece os “códigos” de conduta de cada membro do acampamento. Neste espaço e tempo a partilha da execução de tarefas entre homens e mulheres é mais igualitária. No tocante aos papéis femininos, dois aspectos deste regimento são particularmente interessantes: o item relativo à segurança do acampamento e o que diz respeito à violência. Este segundo, embora interdite a qualquer tipo de violência contra quaisquer membros do acampamento, se torna um importante mecanismo de bloqueio à violência doméstica.

A segunda fase é a do assentamento. Nesta etapa é importante distinguir alguns pontos cruciais no que diz respeito às relações de gênero. A origem dos assentamentos permite identificar maior ou menor grau de mecanismos de reprodução do sistema patriarcal que, em simbiose com o capitalismo, reforça a dominação masculina. Quaisquer que sejam as origens dos assentamentos, ainda há um salto enorme a ser dado para que haja uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres. Todavia, é possível verificar uma discrepância entre os assentamentos que se originaram nos movimentos de luta pela terra e os que foram organizados pelo Estado. Os assentamentos realizados pelo Estado tendem a dificultar a participação efetiva das mulheres ao passo que nos oriundos da organização dos movimentos de luta pela terra, a preocupação com a emancipação feminina está mais presente. Apesar dos limites ainda existentes, o MST tem feito importantes avanços neste domínio. Um passo significativo foi à criação do Setor de Gênero, de um lado, e dos novos modelos de assentamento, de outro. Embora não haja uma menção explícita entre aquele Setor e estes novos modelos, nossa hipótese é de que ambos vislumbram a possibilidade de alteração das relações desiguais entre homens e mulheres.

O objetivo deste artigo é compreender e medir a criação do Setor de Gênero e a reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos propostos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) podem alterar significativamente as chamadas relações de gênero.

As lideranças deste Movimento afirmam constantemente que querem aprender com os “erros” dos movimentos sociais do passado a fim de superá-los. Um dos “erros” cometidos pelos movimentos que pretendiam transformar a sociedade, e que consideramos cruciais, foi o de ter colocado uma divisão entre homens e mulheres no que diz respeito à participação política. Esta separação pode ser verificada em várias tentativas de transformação da sociedade.

A fim de fornecermos ao leitor elementos para a compreensão desta exclusão, o percurso que faremos no âmbito deste artigo vai de um momento crucial de impossibilidade de participação política das mulheres, a Revolução Francesa, passando por alguns processos de revolução socialistas para, enfim, abordarmos a participação das mulheres no MST, tanto na fase do acampamento como na posterior etapa do assentamento, apresentando os limites impostos pelo tipo de assentamento existente até o momento e as mudanças que o novo modelo de assentamento podem proporcionar. De uma fase à outra, está presente o amplo debate acerca da constituição de novas relações de gênero dentro do MST, debate este que foi num primeiro momento assegurado principalmente pela militância feminina, mas que, aos poucos ganha fôlego nas trincheiras masculinas em movimento.

### **A revolução francesa e a exclusão política das mulheres**

A Revolução Francesa instaurou um ordenamento jurídico-político e ideológico que, ao contrário do *ancien régime*, afirmava como essencial à igualdade – e não a desigualdade – entre os seres humanos. Em princípio, todos os adultos eram constituídos como sujeitos de direito e, enquanto tais, cidadãos civis, ao mesmo tempo em que se reabria com muita

intensidade, em termos teóricos e práticos, o embate em torno da universalização da cidadania política (SOBOUL, 1972).

Todavia, as profissões de fé igualitaristas, seja nas obras dos principais ideólogos, seja no calor dos acontecimentos políticos, não foram suficientes para assegurar a inclusão das mulheres. Ao contrário, o que se afirmava era o primado de uma “diferença” feminina, que, ao ser naturalizada, empurrava a mulher para o domínio doméstico afastando-a das lides políticas. Em Rousseau, que tinha a grande preocupação de construir uma nova ordem em que todos fossem cidadãos, podem ser encontradas – principalmente no clássico *Émile* (1964) – as linhas fundamentais da posição que viria a ser consagrada na época. Ao ligar intimamente as naturezas biológicas a diferenças de atitudes, o autor estabelece a distinção entre papéis e tarefas. Em outros termos, apelava-se para uma “natureza feminina”, que dotaria a mulher de virtudes específicas para as atividades domésticas (GROPPI, 1994:15). Resultado: o mesmo movimento que produziu a constituição abstrata de “todos” como “cidadãos” provocou a reclusão de uma parte destes “todos” à esfera privada. Tratou-se de um dispositivo de caráter ideológico oriundo da construção política e simbólica que serviu para reforçar a imagem masculina e burguesa de poder (GONÇALVES, 2000). Este mesmo dispositivo também serviu, por outros processos, para “excluir” outra parcela do “todos”: os trabalhadores.

Num momento em que se redefiniam as bases de participação política, não foram poucos os revolucionários que adotaram a Grécia clássica como referência maior. Como se sabe, mesmo na mais desenvolvida democracia helênica, as mulheres não foram constituídas como sujeitos ou como atrizes da política. Não circulavam entre os “animais políticos”, cuja natureza consistia em participar de uma dimensão marcada pela interação de múltiplos indivíduos fundamentalmente livres e iguais. Eram restritas ao *oikos*, onde, juntamente com as crianças e os escravos, formavam a base que possibilitava ao patriarca se aventurar no que era visto como o reino da ousadia e da criatividade (HELD, 1987). Por meio deste recurso, se buscava legitimar a existência de “papéis preestabelecidos cuja definição e atribuição a diferentes sujeitos são concebidas como determinadas pela realidade natural das necessidades, e não como o resultado possível de um debate de idéias, de opiniões, de interesses” (GIANFORMAGGIO, 1995: 397).

A natureza não-política das mulheres e a impossibilidade de serem cidadãs apoiavam-se, portanto, no pertencimento “à comunidade familiar, sobretudo enquanto esposas e mães, para os pais teóricos da cidadania e também para seus construtores revolucionários” (GROPPI, 1994:16). O homem era considerado o único ser livre, dotado de capacidade política, participante da esfera pública. De um lado, estava ele, usufruindo os direitos naturais e “capaz de autodeterminar o próprio futuro, de administrar e regulamentar os próprios impulsos com a razão, de modo a atingir uma finalidade precisa: apropriar-se das coisas”. De outro lado, a mulher, cuja natureza era concebida como “dado estável, que absorve em si o tempo imutável, a repetitividade do papel reprodutivo, um tempo diferente em relação ao das transformações históricas” (FIORINO, 1994: 101).

Com este perfil marcado por uma história exilada do eminente universo masculino, as mulheres foram tidas como “irracionais” e, portanto, incapazes de elevarem seu pensamento e ação para os superiores interesses da *res publica*. Curiosamente, num procedimento circular, o natural e o social iniciaram um reforço mútuo. Uma vez confinadas ao espaço doméstico, a questão do tempo, ou melhor, da falta deste, passou a justificar a permanência nesse espaço. Participar da esfera pública requer muita disponibilidade e o confinamento das mulheres à esfera doméstica passa a ter uma dupla implicação: por um lado, ocupadas com os afazeres domésticos, não têm o tempo necessário para o desenvolvimento de outras atividades, haja vista que não podem deixar a casa e, com isso reforçam seu confinamento; por outro lado, o fato de assumirem as atividades relacionadas à família dá “aos homens” todo o tempo possível para que estes possam participar ativamente da esfera pública.

As aspas sinalizam aqui uma segunda abstração, que funda um outro mecanismo de ocultação ideológica. Pois, ao mesmo tempo em que a dominância do discurso

universalizante centrado na moderna noção de cidadania coexistia com a exclusão política de uma parte deste universo, parte da parte incluída (os homens não proprietários) também era, por outros processos, “excluída”. Ao longo das diversas revoluções burguesas “originárias”, esta disponibilidade de tempo para participar da esfera pública também era negada aos trabalhadores. Não faltaram argumentos (muitas vezes idênticos aos formulados em relação às mulheres), com vistas a demonstrar o absurdo de conceder direitos políticos (ou mesmo plenos direitos civis) aos homens não proprietários. Importantes pensadores afirmavam que, como o trabalho embrutece, é absurdo conceder direitos políticos aos assalariados. Estas “constatações” em nada perturbavam a consciência da burguesia liberal (LOSURDO, 1998; MACPHERSON, 1978).

Nesta complexa articulação de relações de gênero e relações de classe, as diferenças, mesmo quando sutis, devem ser consideradas. Não era incomum a afirmação de que, com a extinção dos resquícios da velha sociedade e o espraiamento das relações capitalistas, todos os indivíduos masculinos talentosos e perseverantes chegariam à condição de proprietários e, desta forma, garantiriam seu ingresso na esfera política. Afinal, estas revoluções eram burguesas, ou seja, instituíam as condições para uma nova dominação de classe que afirmava, no mesmo movimento, a necessidade e os limites do discurso universalista.

### **Transformação social e emancipação feminina: um diálogo impossível?**

Como as tentativas de superação do capitalismo lidaram com a parte e o todo, especialmente, no que se refere às relações de gênero? A particularidade das tentativas de revolução socialista consiste em que, no geral, seus dirigentes afirmavam a estreita relação entre transformação social e libertação da mulher. Apenas a título de exemplo, lembremos de Trotsky, para quem a construção do socialismo só seria possível se as mulheres operárias e camponesas fossem libertas das ataduras do cuidado da família e do lar (TROTSKY, 1980); ou de Lênin, ao afirmar que “enquanto as mulheres não forem chamadas para participar diretamente no conjunto da vida política e também para se encarregar de um serviço cívico permanente e geral, não será possível nem o socialismo e nem mesmo a democracia integral e durável” (1968: 56).

Apesar destas e de inúmeras outras formulações, os revolucionários socialistas não conseguiram realizar avanços fundamentais neste terreno. Kollontai, em sua autobiografia, relata a dificuldade que, juntamente com outras mulheres, encontrou para atuar no interior do processo revolucionário: “meus camaradas de partido nos culpavam, a mim e a minhas correligionárias, de sermos ‘feministas’ e conceder excessiva importância aos nossos assuntos de mulheres” (KOLLONTAI, 1980: 19).

Mais próxima no tempo e no espaço, a revolução nicaragüense também representou uma esperança para os partidários da igualdade entre os sexos. O clima de igualdade dava espaço a reuniões públicas cujas palavras de ordem eram: “não há revolução sem a emancipação da mulher; não há emancipação sem revolução” (MOLYNEUX, 1989:IV). No entanto, após os primeiros anos do sandinismo no país, os ideais que este buscava defender, no que se refere às relações de gênero, foram postos de lado. O mesmo ocorreu em El Salvador. Neste país, além de 30% dos guerrilheiros serem mulheres, elas representavam mais de 60% da população civil que apoiava a luta. Se, no auge destes movimentos, houve importantes, embora limitados, avanços nas relações de gênero, com a derrota<sup>2</sup> e subsequente desmobilização da guerrilha, a maioria das mulheres voltou para casa, sem que se instituisse qualquer cláusula sobre seus direitos fora do lar.

Estes fatos dão sentido às observações de Petras para quem as mudanças ocorridas em processos revolucionários, embora representem avanços, “não alteram significativamente a desigualdade entre homens e mulheres, especialmente no tocante à

<sup>2</sup> Em grande parte uma capitulação sem luta, cujas razões ainda aguardam pesquisas acuradas.

composição por gênero da liderança social, política e econômica” (1999: 401). As mulheres significavam, para os movimentos revolucionários, uma espécie de dupla ameaça. Por um lado, possuíam um atraso decorrente da longa e pesada ausência da esfera política. Por outro, o próprio reconhecimento de que era necessário realizar um esforço especial para sua emancipação (HAYDEN, 1980) era acompanhado pelo temor de que tal esforço comprometesse as realizações dos “objetivos fundamentais” da revolução. Tal receio foi muitas vezes invocado como justificativa para o adiamento estratégico deste “esforço especial”, o que, em termos práticos, significou deixar o enfrentamento da desigualdade entre os gêneros para quando as transformações “infra-estruturais” estivessem consolidadas.

Por que isto ocorre? Seria decorrência da fragmentação dos movimentos que colocaram homens de um lado e mulheres de outro, deixando, inclusive, ao capitalismo a possibilidade de melhor se reproduzir?<sup>3</sup>

### **Conexão classe social e relações de gênero: dimensões teórico-políticas de um impasse**

Ao colocarmos em evidência a fragmentação dos movimentos, não sugerimos que inexista uma enorme distância entre as mulheres das classes dominantes e as das classes dominadas. É esclarecedor o depoimento de Domitila – mineira boliviana – na Tribuna do Ano Internacional da Mulher, em 1975. Ao ser interpelada por uma líder feminista sobre a necessidade de falarem somente delas – mulheres, iguais – questionou:

*“Muito bem, falaremos de nós duas. Mas, se me deixa, vou começar. Senhora, faz uma semana que a conheço. A senhora chega, cada manhã, com um vestido diferente; e no entanto, eu não. Todo dia a senhora chega pintada e penteada como quem tem tempo para passar num cabeleireiro bem elegante e pode gastar um bom dinheiro nisso; e, no entanto, eu não. Eu vejo que todas as tardes a senhora tem um chofer esperando-a num carro na porta para levá-la para sua casa; e, no entanto, eu não. E para se apresentar aqui como a senhora se apresenta, estou certa de que vive numa casa bem elegante num bairro também elegante, não é? E, no entanto, nós, as mulheres dos mineiros temos só uma pequena casa emprestada, e quando morre nosso esposo, ou fica doente ou o despedem da empresa, temos noventa dias para abandonar a casa e ficamos na rua.*

*Diga-me, agora, senhora: a senhora tem algo semelhante à minha situação? Tenho eu algo semelhante à sua situação? Então, de qual igualdade entre nós vamos falar? Se a senhora e eu não nos parecemos, se somos tão diferentes? Nós não podemos, neste momento ser iguais, ainda como mulheres, não lhe parece?” (VIEZZER, 1990: 186).*

A longa narrativa de Domitila ilustra muito bem o quanto as relações sociais são permeadas por clivagens: uma mulher pode estar no outro pólo da oposição de classe. Concordamos com Saffioti ao afirmar que não é possível falar em mulher genérica, mas em mulher sempre situada historicamente e considerando que as identidades sociais do sujeito são múltiplas (1994: 20). Para esta autora, uma sociedade, além de estar dividida em classes sociais, encontra-se igualmente atravessada pelas contradições de gênero e de raça/etnia. A tríade classe social-gênero-raça/etnia entrelaça-se de modo a formar um nó: “trata-se de um entrelaçamento, que não apenas põe em relevo as contradições próprias de cada ordenamento das relações sociais, mas que as potencializa. Em outros termos, este nó apresenta uma lógica contraditória” (1996: 61). A idéia do nó envolve uma potenciação das

<sup>3</sup> Desenvolvemos esta formulação em artigo publicado na revista argentina *Periférias*, n.º. 11. Ver Gonçalves (2003).

contradições e, na vida cotidiana, é impossível separar estes antagonismos (SAFFIOTI, 1997: 144).

Embora partilhemos da idéia de que na constituição dos sujeitos esta tríade esteja presente, consideramos que esta mesma perspectiva teórica tem limitações. A tríade – ou o *nó* – ajuda a entender o processo de constituição dos sujeitos de determinada classe, mas ela pouco avança na questão das lutas sociais. O *nó* tem de ser desatado na perspectiva das lutas de classes: o que as mulheres burguesas têm em comum com as mulheres camponesas, por exemplo? Voltando ao campo de nosso objeto de estudo, como não perceber a posição de classe que separa a mulher, trabalhadora rural, Diolinda Alves<sup>4</sup> da mulher, fazendeira, Tânia de Farias<sup>5</sup>? O que estas têm em comum? Do que ambas compartilham senão do fato de serem mulheres?

Consideramos, portanto, que a análise de gênero não se dissocia de sua base material. A negligência desta base material da vida social leva à valorização de diferenças produzidas pela opressão e desigualdade contra as quais se quer lutar.

É de amplo conhecimento a utilização do termo gênero para se referir à construção social de homens e mulheres a partir da percepção do sexo biológico. Beauvoir, em seu *O segundo sexo*, de 1949, foi à fonte inspiradora desta reflexão que, desde meados dos anos 60, ganhou força teórico-política sobretudo no mundo ocidental. A partir de (SCOTT, 1995), o termo gênero torna-se mais conhecido como um elemento constitutivo das relações sociais (e, portanto, de poder) a partir das diferenças percebidas entre os sexos. A concepção de gênero como historicamente situado permite a desconstrução de muitos significados vinculados à natureza ou à “essência” feminina, o que, por sua vez, vislumbra perspectivas de mudanças num quadro que, a priori, parece estático. Neste sentido, gênero é também um processo que implica a interconexão com outras variáveis sociais produzindo igualmente, num movimento constante, diferentes espaços geográficos, como sugerem (FRANCO, VALENCIANO, 2004).

Sem perder de vista o caráter de classe que a própria luta pela terra impõe, a trajetória das mulheres do MST é exemplo significativo de como dentro dos diferentes espaços de luta se pode desconstruir os chamados significados de gênero que atribuem distintos papéis a homens e mulheres. Tarefa nada fácil, porém não impossível, como veremos a seguir.

### **Rompendo barreiras de gênero: o acampamento como local de emancipação**

A fase do acampamento na luta pela terra é um importante momento na constituição de novas relações de gênero. Já sabemos que estas significam construções sociais do ser “homem” ou ser “mulher”. Em função desta construção, serão atribuídos a um ou outro sexo papéis sociais a serem desempenhados em determinados lugares. Estamos às voltas com a construção social não apenas do gênero, mas também do espaço. Num movimento simultâneo um e outro vão sendo moldados. As relações sociais dão forma e contorno aos lugares ao mesmo tempo em que os lugares acabam formatando as relações. Assim, na divisão sexual do trabalho teremos espaços femininos e espaços masculinos. Os termos desta divisão calcados em especificidades *naturais* colocam as mulheres como pertencente ao mundo doméstico, cujas tarefas são lavar, passar, cozer, arrumar, cuidar da educação e saúde dos filhos, etc.; enquanto os homens trabalham fora de seus lares e, de volta à casa, têm direito ao merecido descanso e atenção especial de suas esposas.

O espaço doméstico, neste sentido, é o local da cultura de opressão feminina. Para Bourdieu, trata-se de uma violência simbólica em que o predomínio da dominação

<sup>4</sup> Conhecida liderança do MST no Pontal do Paranapanema; tornou-se um dos símbolos da luta pela Reforma Agrária no Brasil.

<sup>5</sup> Ex-presidente da UDR (União Democrática Ruralista), órgão máximo de organização dos latifundiários.

masculina leva a uma incorporação, tanto no mundo social como no próprio corpo, de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Para o autor,

*“a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se funda: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, com a oposição entre o lugar da assembléia ou mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres, ou, no seu interior, entre a parte masculina do lar, e a parte feminina” (BOURDIEU, 1998: 15).*

Mas o que significa fixar a fronteira entre espaço doméstico e espaço público num acampamento? O acampamento é antes de tudo parte de um processo de ocupação de terras que se tornou uma importante estratégia de luta e resistência na conquista pela terra (FERNANDES, 2000). De um modo geral, a simples existência do acampamento significa um importante avanço das relações sociais, na medida em que é necessário um esforço gigantesco para lidar com os medos reais da freqüente violência por parte dos latifundiários e da polícia do Estado; além de ter de encontrar forças para se confrontar com um sistema político e com um conjunto de representações ideológicas que privilegiam a propriedade privada e o capital. A existência do acampamento significa igualmente um grande avanço para as relações de gênero. Antes de tudo porque para resistir a esta violência real e ideológica é necessário unir forças. Na reprodução do espaço do acampamento “novas experiências são criadas, novas lutas nascem num processo contínuo” (FERNANDES, 2000: 79).

Embora no acampamento as pessoas continuem a ser juridicamente constituídas como cidadãs (para muitas a condição de cidadania é vivida ali pela primeira vez), este espaço é relativamente autônomo com relação àquele regido pelo *status quo*. A vida no acampamento tem outras regras, outras sociabilidades, outras aprendizagens que impõem a criação de uma vivência coletiva onde cada um depende de todos e todos de cada um. Instaura-se um código de convivência com regras próprias e as decisões são tomadas em assembléias. Em função de suas afinidades e locais de origem, são criados Núcleos de Famílias que subdividem em Setores (da infra-estrutura, higiene, saúde, educação, disciplina, frente de massas, formação, etc.). Núcleos e Setores compõem a Coordenação Política do acampamento. Uma maneira de envolver a todos os integrantes do acampamento.

Cada Setor conta hoje com a coordenação de um homem e de uma mulher, cujas tarefas serão identificar e resolver as dificuldades encontradas nos Núcleos de Famílias. Por exemplo, o setor da educação será responsável por localizar as escolas próximas ao acampamento e dialogar com as autoridades locais sobre o transporte dos alunos, etc. O setor de disciplina será o responsável por, entre outros, organizar a segurança do acampamento. Todos os membros, independentemente de sexo, raça, religião são envolvidas nas atividades do acampamento. São nestas primeiras aprendizagens de vida coletiva que homens, mulheres e crianças fazem a experiência da partilha das tarefas.

O acampamento proporciona às mulheres a participação efetiva em atividades que no geral são definidas como pertencentes ao espaço público e, logo, atividades de homens. É o momento e lugar em que as mulheres chegam mais próximas de um *status* de igualdade com os homens. Participam da construção dos barracos, rasgam a lona, estão nas comissões, etc. Neste processo, o chamado espaço doméstico-privado também adquire novas dimensões. O próprio acampamento já é um espaço “privado” em contraposição ao espaço público da *polis*. Além disso, neste espaço demarcado os barracos têm de ser construídos muito perto uns dos outros, gerando um grande desconforto por causa da perda de intimidade. No que diz respeito às desigualdades de gênero, a fase do acampamento fornece uma aprendizagem nova: este mesmo desconforto causado pela perda de intimidade, acaba sendo compensado pela impossibilidade da conhecida violência doméstica de que são vítimas principalmente as mulheres. Vários estudos demonstram que

as mulheres sempre restritas à esfera doméstica acabam sendo vistas como propriedades dos “machos” da família e como tal são facilmente objetos de violência. No acampamento, ao contrário, qualquer tipo de violência contra qualquer membro é expressa e terminantemente proibido. Assim, a pessoa (homem ou mulher) que cometer um ato de violência será punida e, em caso de reincidência, expulsa pela comunidade.

A fase do acampamento também é aquela de maior participação das mulheres: participam das reuniões, opinam e, sobretudo, fazem a argumentação política, espaço de onde sempre estiveram excluídas. Rua & Abramovay reconhecem que são elas que estão sempre à frente de grande parte das mobilizações (2000: 258). As mulheres desempenham tarefas consideradas femininas, ligadas à saúde, educação e infraestrutura. Por exemplo, muitas coordenam a merenda, a Pastoral, a higiene, a escola, etc.

Todavia, para além destas tarefas que poderíamos denominar “tipicamente” femininas, no acampamento podemos observar a existência da inversão de papéis de gênero, como é o caso da segurança que, apoiada no atributo da força física, sempre foi tida como função “tipicamente” masculina. Esta inversão é resultado de amplo debate provocado pelo Setor de Gênero dentro do MST<sup>6</sup>. Como observa uma acampada no Pontal do Paranapanema, “se as mulheres enfrentam polícia, jagunços numa ocupação, podem muito bem participar igual o homem das atividades do acampamento. Luta igual, trabalha igual, pode decidir igual”.

Os acampamentos são os momentos em que se operam verdadeiras mudanças. Para além das transformações relativas à consciência de classe, oriunda do processo de se auto-reconhecerem como “sem terra”, a vida no acampamento acaba contribuindo para moldar novas relações de gênero, pois se ainda não se observou uma alteração definitiva nas desigualdades de gênero, no mínimo houve um embaralhamento de cartas, ou seja, há uma ruptura com uma condição estática que parecia tão “natural”.

### **Dos “velhos” aos “novos” modelos de assentamento: do recuo às possibilidades de mudança nas relações de gênero: o modelo predominante de assentamento, retorno ao patriarcalismo**

O assentamento representa um desfecho positivo para os sem terra contra o monopólio do latifúndio. É o momento de organização de uma nova sociabilidade, de um novo processo que implica criar condições para a permanência na terra conquistada. Se os acampamentos oferecem condições para alterar as desigualdades de gênero, o assentamento aparece como um tempo e espaço de recuo da participação das mulheres que dizem agora que “os maridos não as deixam participar”. Todavia, um olhar mais profundo revela que são retomados muitos elementos característicos da esfera privada. É preciso considerar que a modalidade de distribuição da terra imposta pelo Estado afasta as pessoas da vida coletiva. No chamado modelo retangular ou, numa linguagem dos assentados, o “quadrado burro”, as casas ficam a quilômetros de distância umas das outras dificultando qualquer convivência mais coletiva. As dificuldades também são grandes no que concerne ao transporte de um modo geral, mas sobretudo para o deslocamento diário das crianças até a escola. Neste modelo o lote é uma espécie de propriedade privada e como tal impõe uma divisão sexual do trabalho bastante distinta daquela vivenciada no acampamento.

A transformação capitalista da agricultura prioriza os aspectos econômicos e tecnológicos e os assentamentos adquirem formas em que o tempo e o espaço são regidos pela produção. Para além da sobrevivência, é necessário produzir para pagar os créditos, os empréstimos feitos junto ao Estado, ao banco, etc. A luta para permanecer na terra se torna imediatista e o aspecto econômico vira fator determinante. Concordamos com (GRECO

<sup>6</sup> O Setor de Gênero do MST é ele próprio resultado de um processo instigante de participação das mulheres na luta pela terra. Para maiores detalhes, ver Campos (2003) e Valenciano (2004).



MARTINS, 2004) ao mencionar que os assentamentos podem ser compreendidos como expressão de um impasse da luta social.

*“Por um lado, os assentamento encerram em si as possibilidades de superação das relações de exploração do trabalho assalariado, unindo o homem à terra e nela desenvolvendo o trabalho com sua família, sinalizando também a possibilidade de democratização da estrutura fundiária. Por outro lado os assentamentos, sobretudo nos anos 90, não conseguiram materializar plenamente suas potencialidades” (GRECO MARTINS, 2004: 165).*

Esta impossibilidade é resultado das dificuldades para conquistar uma política de Reforma Agrária. Para o governo, a questão agrária se tornou uma questão de mercado pro via da criação do Banco da Terra<sup>7</sup>. Apesar destes limites, várias pesquisas<sup>8</sup> demonstram que houve modificações positivas na vida das famílias assentadas no que diz respeito à alimentação, saúde, poder de compra, habitação.

Para os objetivos deste artigo, é necessário ressaltar o predomínio, que há no espaço do assentamento, das relações patriarcais/paternalistas. As desigualdades entre homens e mulheres são reestabelecidas de modo explícito. Enquanto os homens vão para a roça, as mulheres ficam em casa cuidando das atividades domésticas. Elas passam a ser dependentes de seus maridos ou pais ou companheiros. No contrato de concessão da gleba o homem aparece como responsável pelo lote ao passo que a mulher é uma “dependente”. Por meio deste contrato, que se apóia no direito positivo em que o patrimônio pertence ao homem e desta maneira nega-se às mulheres a possibilidade de administração e comando. O alijamento da mulher à posse bloqueia também qualquer possibilidade de acesso às políticas de crédito e/ou negociação com bancos, etc. Para combater esta desigualdade, há um esforço crescente do MST, e principalmente do Setor de Gênero, para fazer com que o casal seja o responsável pelo lote eliminando a idéia de “responsável” e “dependente”.

Ao lado destas lutas acerca da responsabilidade da concessão do lote, um aspecto que consideramos fundamental para a alteração das relações de gênero é o novo modelo de assentamento que apresentamos a seguir.

### **Os “novos” modelos de assentamento: perspectivas de mudanças<sup>9</sup>**

Os “novos” modelos são uma proposta do MST para organizar os assentamentos de um jeito diferente do conhecido “quadrado burro”. Esta nova disposição dos lotes e das moradias pode contribuir para a construção de novos hábitos que, por sua vez, levam a mudanças nas relações de gênero.

Mas quais as novidades deste modelo?

A primeira delas consiste em participar da elaboração e execução do corte da área. Algumas experiências nos estados do Espírito Santo e do Mato Grosso e, mais recentemente, no estado de São Paulo, mostram que são possíveis formas mais flexíveis na maneira de organizar as moradias e a cooperação. Participar destas elaboração e execução significa realizar um trabalho anterior, na fase do acampamento, com as famílias com o objetivo de agrupá-las em função de suas afinidades e fazer com que este agrupamento seja o mesmo na localidade do futuro assentamento. Até agora o INCRA fazia sorteios de

<sup>7</sup> Para resistir a este modelo agrícola desfavorável, o MST ao longo do tempo buscou formas de cooperação para os assentamentos e surgiram as CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuárias). Esta forma de cooperação, por inúmeros fatores, não conseguiu envolver toda a base social do MST. Novas formas foram buscadas e surgiram as CPS (Cooperativas de Prestação de Serviços) como uma maneira de dar suporte à produção dos trabalhadores assentados. Embora o cooperativismo seja um elemento importante para entender o assentamento, o objetivo restrito deste artigo não nos permite desenvolver uma análise aprofundada desta questão. Remeto os leitores interessados no assunto aos textos de Greco (MARTINS, 2004) E (PAGOTTO, 2004).

<sup>8</sup> Ver, a este respeito, os resultados das pesquisas de (BERGAMASCO, 2003) e (LEITE, MEDEIROS, 2004).

<sup>9</sup> Nos apoiamos aqui no Caderno de Cooperação Agrícola, nº 10. Ver MST & CONCRAB (2001).

famílias individuais, o que as distanciavam umas das outras e impediam qualquer forma de vida coletiva. Este sorteio por grupos representa para o MST “o primeiro passo e o potencial para as futuras formas de cooperação entre as famílias, sejam elas nos aspectos sociais, sejam nos aspectos econômicos” (MST & CONCRAB, 2001: 10).

Outra novidade diz respeito ao processo de titulação. A Constituição Brasileira prevê a posse do título da terra para o assentado. A proposta do MST, ao contrário, é romper com este mecanismo que privilegia o lote como propriedade privada. É o usufruto da terra, e não a posse privada, que permite produzir e viver na terra. A terra deixa de ser objeto de compra e venda. No tocante às relações de gênero, esta discussão sobre o título da terra propõe que título de usufruto seja feito em nome da mulher e do homem. Para o INCRA o título do lote deve ser feito em nome do cadastrado reforçando as relações patriarcais, como mencionamos. Fazer a titulação em nome da mulher e do homem faz com que as mulheres tenham “condições de comprovarem a sua profissão (agricultora) e com isto no futuro garantir a aposentadoria, como também coloca a mulher num mesmo patamar de igualdade com o homem, podendo discutir junto o destino dos recursos/crédito, o planejamento do lote e da produção” (MST & CONCRAB, 2001: 11).

Este novo modelo de assentamento tem ainda como ponto central a organização das habitações por meio dos Núcleos de Moradia com um número de famílias que pode variar de 10 a 25, em função do tamanho da área do assentamento. Diferentemente das agrovilas em que o lote fica distante da casa, nos Núcleos de Moradia as casas ficam em cima dos lotes. Este novo jeito também é diferente do parcelamento tradicional, o “quadrado burro”, em que cada casa fica distante uma da outra perdida no meio do lote. Este modelo tem o formato de um “raio de sol” com casas circunvizinhas formando um círculo e os lotes começando no quintal e se ampliando para fora. Outro tipo de moradia são os Núcleos Habitacionais em que a casa não fica no lote, mas que pelo fato de ser um número pequeno de famílias, a distância entre lote e casa diminui.

Qualquer que seja a opção, núcleos de moradia ou núcleos habitacional, há uma aproximação das famílias, o que permite a implantação de áreas sociais para a instalação espaços reservados para escolas, celebração religiosa, esportes, etc., fortalecendo a vida coletiva bastante semelhante àquela do acampamento, sobretudo porque esta forma de organização implica na criação de um Regimento Interno com códigos de convivência para evitar problemas, freqüentemente presentes nas Agrovilas, como é o caso dos animais dos vizinhos. A distribuição das famílias por Núcleos permite ainda economizar na instauração e manutenção da infra-estrutura. Por exemplo, os gastos com as instalações das redes elétrica e de esgoto diminuem; o percurso diário do transporte escolar ou dos caminhões de coleta de lixo são bem menores. Num recém criado assentamento que adotou este modelo “raio de sol”, o ônibus escolar que, no modelo tradicional, teria de percorrer um trajeto de 26 Km para pegar todas as crianças, agora percorre apenas os 4 km das ruas em frente às casas dos núcleos de moradia. Estes núcleos de família formam a organização de núcleos de base do assentamento com a coordenação de duas pessoas, um homem e uma mulher. Evita-se assim a tendência patriarcal do assentamento de somente os homens coordenarem.

Este novo modelo tem implicações diretas na organização coletiva da produção, priorizando a agroecologia, a permuta de insumos, o controle político dos créditos, a formação, etc. Outra mudança fundamental e que toca diretamente nas relações de gênero é a diminuição da divisão territorial do trabalho em função do sexo. No capitalismo a separação da casa do local do trabalho da produção, impôs uma divisão sexual do trabalho em que, como observamos, a mulher fica circunscrita à esfera da reprodução e o homem à esfera da produção. Neste novo modelo há uma fusão entre estas esferas: o local do trabalho (o lote) começa no quintal da casa. A volta do Regimento com regras de convivência e a proximidade das casas inibe novamente a violência doméstica tão difusa na sociedade como um todo.

A nova organização espacial dos assentamentos permite, portanto, mudanças significativas nas relações de gênero. No entanto, estas mudanças só ocorrerão

efetivamente se houver um trabalho constante que combine lutas sociais e emancipação das mulheres. Abole-se a hierarquia do tratamento prioritário às chamadas questões gerais, em detrimento das questões “específicas”. Ao contrário, adota-se a alternativa proposta por Petras (1999), qual seja a *unidade de classes e lutas decorrentes da questão do gênero*. Trata-se de uma organização comum de homens e mulheres, o que “possibilita a unidade de classe, bem como a luta pela distribuição igualitária de benefícios entre homens e mulheres” (1999: 415). Este redesenho espacial permite, como propõe o autor em pauta, “uma revolução dentro da revolução”.

O Setor de Gênero desempenha um papel fundamental neste processo de mutação tanto da organização do espaço como nas alterações das relações de gênero. Nas simultâneas mudanças espaciais e sociais estão inseridas as linhas políticas deste Setor, dentre as quais, destaco as seguintes: garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra esteja em nome do homem e da mulher; assegurar que os recursos, planejamento, execução e controle dos projetos assim como da produção sejam discutidos por toda a família (CAMPOS, 2003: 25). O Setor tem ainda por objetivo incentivar a efetiva participação das mulheres por meio de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todas as instâncias políticas quer seja do movimento de uma forma geral, quer sejam do acampamento ou do assentamento.

Os penosos trabalhos domésticos, que representa uma das preocupações do Setor de Gênero, podem ser substituídos neste novo modelo por refeitórios, lavanderias, etc. comunitários colocando em xeque o modelo burguês de família que impõe as tarefas domésticas a famílias individuais, que, por sua vez, calcada no patriarcado, obriga as mulheres a desempenhá-las.

### Considerações finais

As modificações do espaço influem na alteração das relações de gênero. Como vimos, as experiências nos acampamentos é uma das mais importantes, na medida em que este é o lugar onde se origina a vivência coletiva com participação de todos os seus membros, independentemente do sexo, da raça, da idade, etc. Este convívio possibilita a transgressão de papéis sexuais que definem os espaços em que homens e mulheres devem atuar. Assim, por exemplo, as mulheres rompem com o mito da fragilidade e vão fazer a segurança do acampamento. A violência doméstica, um grave problema da sociedade, é inibida tanto por sua condenação no Regimento Interno como pela inibição resultante da proximidade dos barracos.

Conquistada a terra, há um recuo da participação das mulheres na esfera pública. No assentamento tradicional o tempo e o espaço são outros. As mulheres voltam para a esfera doméstica e qualquer tentativa de participação política é de antemão barrada pela dificuldade de locomoção, dada a enorme distância entre uma casa e outra. Predominam neste espaço as relações patriarcais com uma clara divisão sexual do trabalho.

Uma tentativa de romper com o patriarcalismo e dar continuidade às experiências igualitárias dos acampamentos tem sido as propostas de implantação de novos modelos de assentamento. Esta novidade consiste em combinar luta de classes com lutas decorrentes da questão de gênero. Uma combinação que opera mudanças na organização espacial do assentamento (o que implica participar das decisões acerca do corte do lote, da política de crédito, da decisão sobre o modelo de produção, etc.) ao mesmo tempo em que estas desencadeiam metamorfoses no conjunto das relações sociais, com ênfase aqui para as reais possibilidades de se construir efetivamente um novo homem e uma nova mulher.

Neste novo modelo de assentamento, deixa-se de lado, portanto, qualquer perspectiva de “estágios” em que ora é a instauração da mudança que trará a emancipação das mulheres, ora é esta que provocará aquela. As duas transformações podem ocorrer simultaneamente.

### Referências bibliográficas

- BEAUVOIR, S. Le deuxième sexe. Paris, Gallimard, 1991.
- BERGAMASCO, S. M. P. Reforma agrária e assentamentos em São Paulo: mudanças no espaço rural. Jornal da Unicamp. 22 a 28 de setembro de 2003.
- BOURDIEU, P. La domination masculine. Paris, Seuil, 1998.
- CAMPOS, C. As relações de gênero e o MST. In: SETOR NACIONAL DE GÊNERO – MST. Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder. São Paulo, ANCA, 2003.
- FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. São Paulo, Vozes, 2000.
- FIORINO, V. Ser cidadã francesa: uma reflexão sobre os princípios de 1789. In: BONACCHI, G. & GROPPPI, A. (orgs.). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo, Unesp, 1994.
- FRANCO, M. M. A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, Unesp, 2004. Tese de doutorado.
- GIANFORMAGGIO, L. Différences, inégalités, pouvoirs. In: EPHESIA (org.). La place des femmes: les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales. Paris, La Découverte, 1995.
- GONÇALVES, R. Cidadania-classes populares-mulheres: reflexão sobre seus impactos nas lutas sociais. Lutas Sociais, n° 7, 2000.
- \_\_\_\_\_. La dinámica sexista del capital: feminización del trabajo precario. Periférias, n° 11, 2003.
- GRECO MARTINS, A. F. Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST. São Paulo, PUC, 2004. Diss. de mestrado, mimeo.
- GROPPPI, A. As raízes de um problema. In: BONACCHI, G. & GROPPPI, A. (orgs.). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo, Unesp, 1994.
- HAYDEN, C. E.. El departamento de la mujer (Zhenotdel) del partido bolchevique. In: Críticas de la economía política, n° 14/15, 1980.
- HELD, D. Modelos de democracia. Belo Horizonte, Paidéia, 1987.
- KOLLONTAI, A. Autobiografia de uma mulher emancipadora. São Paulo, Editora Proposta, 1980.
- LEITE, S. & MEDEIROS, L. *et alii*. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo, Unesp, 2004
- LENIN, V. Le nouveau type d'État que crée notre révolution. In: Oeuvres choisies. Moscou, Editions du Progrès, t. 2, 1968.

LOSURDO, D. 150 anos do Manifesto do Partido Comunista – 150 anos de história universal. Lutas Sociais, n° 4, 1998.

MACPHERSON, C. B. A democracia liberal: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOLYNEUX, M. D. La mujer, el estado y la revolución: el caso de Nicaragua. Inprecor. n° 66, 1989.

MST & CONCRAB. O que levar em conta para a organização do assentamento. Caderno de Cooperação Agrícola, n° 10, 2001.

PAGOTTO, C. Cooperação e cooperativas: instrumentos de organização e de resitência dos trabalhadores sem-terra. Lutas Sociais, n° 11/12, 2004.

PETRAS, J. Classe, gênero e luta revolucionária. In: Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau, FURB, 1999.

ROUSSEAU, J. J. Émile – ou de l'éducation. Paris, Garnier Frères, 1964.

RUA, M. G. & ABRAMOVAY, M. Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. Pós-fácio: conceituando o gênero. In: SAFFIOTI H. I. B. & MUÑOZ-VARGAS, M. (orgs). Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1994.

\_\_\_\_\_. Violência de gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais, n° 2, 1996.

\_\_\_\_\_. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F. R. (org.). Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, n° 20 (2), 1995.

SOBOUL, A. A revolução francesa. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

TROTSKY, L. Da velha à nova família. São Paulo, Editora Proposta, 1980.

VALENCIANO, R. C. A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero. Presidente Prudente, Unesp, 2004. Texto de exame de qualificação de mestrado, mimeo.

VIEZZER, M. Se me deixam falar. Domitila – o depoimento de uma mineira boliviana. São Paulo, editora Global, 1990, 14<sup>a</sup>. ed.